

Assembleia Geral

27/5 quarta-feira 13h

Auditório Quinhentão (CCS)
Ilha do Fundão

PAUTA:

- 1 - Informes
- 2 - Avaliação de conjuntura;
- 3 - Deflagração da greve nacional dos docentes das IFES;
- 4 - Assuntos gerais.

Reunião do Conselho de Representantes

26/5 terça-feira 17h

sala de reuniões no Anexo do CCJE

(antigo NEI), onde atualmente funciona o curso de Biblioteconomia

Lembramos que as reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores sindicalizados.

PAUTA:

- 1 - Informes;
- 2 - Mobilização para greve nacional dos docentes das IFES e
- 3 - Assuntos Gerais

www.adufrj.org.br

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

Andes-SN • Ano XIV nº 888 • 25 de maio de 2015 • Central Sindical e Popular - Conlutas

MEC quebra acordo

Página 5

Luiz Cláudio Costa,
secretário-executivo
do ministério



Valter Campanato/Agência Brasil - 14/05/2015

Todos para a Assembleia Geral

Professores da UFRJ debatem, dia 27, participação na greve nacional do Setor das Federais a partir desta quinta-feira, 28. Confira as reivindicações do movimento na página 4.

Imprensa Aduff-SSind - 21/05/2015



Fernando Frazão/Agência Brasil - 21/05/2015



Samuel Tosta - 18/05/2015



Educação se mobiliza

A semana foi de intensa agitação em várias frentes na área da educação. Na UFRJ, estudantes ocuparam a reitoria e conseguiram a realização de um Consuni extraordinário para discutir assistência estudantil (1). O movimento foi solidário com a luta dos terceirizados. Na Uerj, 2 mil pessoas participaram de ato em defesa da instituição pública (2). Em Niterói, professores da UFF decidiram aderir à greve do Andes-SN (3). Páginas 5, 6 e 8

SEGUNDA PÁGINA

No mesmo barco

Diante de um cenário de crise, novos professores ingressam no quadro efetivo da UFRJ. Diretoria da Adufrj-SSind recebe colegas e indica luta coletiva para enfrentar problemas

“Sindicalização é essencial”, defende diretora

Filipe Galvão
Estagiário e Redação

Mais 23 docentes foram incorporados ao quadro da UFRJ, no último dia 19. Vale dizer que entraram em vagas abertas por edital de dezembro de 2014, antes do ajuste fiscal. Agora, o Ministério do Planejamento tem indicado a não realização de concursos nos próximos períodos.

A cerimônia de recepção, organizada pela pró-reitoria de Pessoal (PR-4), ocorreu no Salão Nobre do CCMN, na Cidade Universitária. Os trâmites burocráticos para promoção, progressão e avaliação, como sempre, geraram um caminhão de dúvidas entre os recém-chegados. Aos novos professores a promessa é mesmo de um horizonte de incertezas: foram empossados diante de um quadro de crise generalizada da educação pública com cortes orçamentários e os graves resultados da política de terceirização.

A 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciana Boiteux, retomou a história da entidade e convidou todos os recém-chegados a se sindicalizarem e participarem das reuniões e assembleias docentes para se engajar na mobilização da categoria

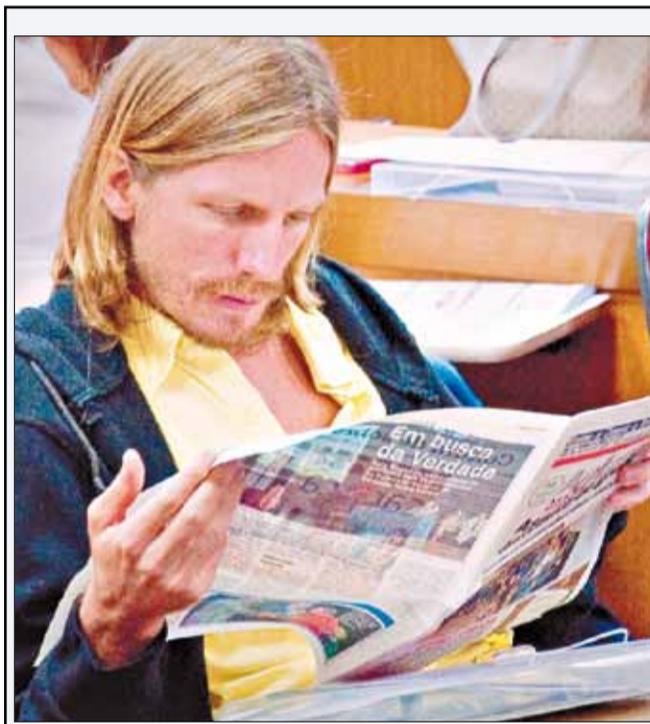
Pode fazer greve, sim, no estágio probatório

Não são incomuns os casos de assédio durante o período inicial de trabalho em que são avaliados e precisam pontuar para serem aceitos pela universidade — e a Seção Sindical torna-se um instrumento de defesa ainda mais importante nesta situação de maior fragilidade. Contudo, Luciana Boiteux fez o alerta de que, mesmo em estágio probatório, os professores possuem o direito constitucional de fazer greve.



Fotos: Marco Fernandes - 19/05/2015

Os diretores Romildo Bomfim e Luciana Boiteux receberam os novos professores



“Emocionante voltar para cá”

Retornando de uma temporada de cinco anos em que lecionou no Instituto Federal do Ceará, Maurício Oliveira (foto) é um dos que professores que vivenciarão a crise da universidade. Formado pela própria UFRJ, Maurício aumentará o quadro de professores de engenharia do campus Macaé. “Ainda estou me informando sobre o contexto todo, mas é totalmente emocionante voltar para cá”, disse.

JURÍDICO

Auxílio-transporte: Adufrj-SSind vai entrar com ação

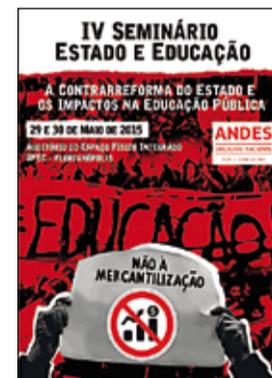
A pró-reitoria de Pessoal (PR-4), com base em parecer da Procuradoria da universidade, negou um requerimento da Adufrj-SSind que buscava facilitar a obtenção de auxílio-transporte pelos professores. O objetivo do pedido era afastar qualquer exigência extra de comprovação do uso de transporte coletivo pelos docentes no trajeto da residência para o trabalho (e vice-versa), especialmente daqueles que atuam no campus Macaé. No requerimento, também era solicitado o pagamento integral aos que optassem pelo recebimento do auxílio, utilizando-se a tarifa do transporte coletivo apenas como critério de cálculo para apuração dos valores (para a assessoria jurídica da Seção Sindical, respaldada em decisão do Superior Tribunal de Justiça, mesmo os que dirigem carros próprios podem obter a verba de caráter indenizatório).

Diante da negativa da reitoria, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind pretende ingressar com uma ação na Justiça para resguardar o direito da categoria.

ANDES-SN

Divulgado o Caderno de Textos do IV Seminário Estado e Educação

O Andes-SN divulgou, por meio de circular, o Caderno de Textos do IV Seminário Estado e Educação. Com o tema “A contrarreforma do Estado e os impactos na educação pública”, o Seminário acontecerá nos dias 29 e 30 de maio na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis (SC). O Caderno de Textos estará disponível aos participantes do seminário no local do evento e aos demais sindicalizados, na página do Sindicato Nacional.



Sintufjrj aprova greve para 29 de maio

Assembleia geral dos técnicos-administrativos em educação, realizada dia 21, no auditório do Quinhentão (CCS), aprovou, por unanimidade, o indicativo de greve da Fasubra, mas a partir de 29 de maio (o nacional é 28/5). A próxima AG da categoria ocorre em 2 de junho.

Os cerca de 500 trabalhadores presentes decretaram: “Greve geral em toda federal!”. A

assembleia aprovou também a participação da categoria no Dia Nacional de Paralisação – 29 de maio, organizado pelas centrais sindicais, realizando atos pela manhã e à tarde no Centro do Rio de Janeiro.

Reivindicações

Os sete delegados à plenária nacional da Fasubra nos dias 23 e 24 de maio, em Brasília, terão como tarefa defender, para inclu-

ção na pauta de reivindicações que a Federação negociará com o governo, os seguintes eixos aprovados pela assembleia: estabelecimento de data-base; aumento de 27,3%; paridade entre ativos e aposentados; isonomia de benefícios; fim da Ebserh; aprimoramento da Carreira e a encampação da luta dos terceirizados na universidade.

Atividades essenciais

A assembleia definiu como

atividades essenciais, ou seja, que não poderão deixar de funcionar totalmente no período da greve (pelo menos 30% terão que ser mantidas) as relacionadas aos hospitais, biotérios, vigilância, pagamentos de pensão por morte e aposentadorias compulsórias. Foi aprovado também que, nas reuniões por locais de trabalho, os servidores possam avaliar como funcionarão seus setores durante a greve. (Fonte: site do Sintufjrj)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Onoli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufjrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CAMPANHA SALARIAL

Setor das Ifes aponta greve nacional a partir do dia 28

Encaminhamento partiu da reunião dos representantes das seções sindicais das instituições federais de ensino. Na UFRJ, docentes decidem em assembleia como será a sua participação no movimento

“A hora é agora”, diz presidente do Andes-SN

Professores das Instituições Federais de Ensino vão deflagrar greve a partir de quinta-feira (28). A decisão foi tomada durante reunião do Setor das Ifes do Andes-SN, em Brasília (DF), no último dia 16, com base no resultado das assembleias gerais realizadas por todo o país.

O encaminhamento foi aprovado pela ampla maioria das 43 seções sindicais do Andes-SN nas IFE presentes à reunião de Brasília: “Chamamos os professores em todo o país a participarem das assembleias que serão realizadas para tratar da deflagração da greve. A hora é agora, as universidades e demais instituições federais de ensino estão à míngua, sem condições de funcionamento, enquanto o governo anuncia que vai promover mais cortes”, conclamou o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, em referência ao discurso do ajuste fiscal. A Assembleia Geral da Adufrj-SSind está marcada para 27 de maio (veja quadro nesta página).

“Além disso, no que diz respeito ao salário e à carreira, temos que obter conquistas ainda este semestre, sem o que não ganharemos nada em 2016, 2017 e 2018, pois a proposta de lei orçamentária do próximo ano está sendo definida agora”, acrescentou Rizzo.

A greve foi o último recurso encontrado pelos docentes para pressionar o governo federal a ampliar os investimentos públicos para a educação pública, e dar respostas ao total descaso do Executivo frente à profunda precarização das condições de trabalho e ensino nas Instituições Públicas Federais. Muitas das quais já estão impossibilitadas de funcionar por falta de técnicos, docentes e estrutura adequada.

Outro ponto que influenciou a deliberação foi a recusa por parte do Ministério da Educação (MEC) em dar retorno à pauta apresentada pela categoria. Em abril de 2014, o governo interrompeu as negociações com Andes-SN em um momento que parecia haver avanço, após concordância com algumas bases

ASSEMBLEIA GERAL

27 MAIO QUARTA-FEIRA **13H**

AUDITÓRIO QUINHENTÃO (CC5)
ILHA DO FUNDÃO

Pauta:

- 1 - Informes
- 2 - Avaliação de conjuntura;
- 3 - Deflagração da greve nacional dos docentes das IFES;
- 4 - Assuntos gerais.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL



29 de maio é Dia Nacional de Paralisação

O Dia Nacional de Paralisação, organizado para o dia 29 de maio pela CSP-Conlutas e outras centrais sindicais para lutar contra a terceirização e os demais projetos que tiram direitos dos trabalhadores, está cada vez mais próximo.

No último dia 18, as centrais sindicais se reuniram novamente para tratar dos preparativos do dia. As entidades acertaram os eixos da paralisação que são: contra o PL da Terceirização, contra as Medidas Provisórias 664 e 665 e o ajuste fiscal, e em defesa dos direitos e da democracia.

A CSP-Conlutas — central à qual é vinculado o Andes-SN — orienta as suas entidades e movimentos filiados a preparar desde já esse dia de luta, organizando plenárias e assembleias com as bases para conseguir máxima adesão dos trabalhadores. No Rio, haverá manifestação com concentração às 15h, na Candelária. A última plenária de organização do ato será realizada no dia 25, às 18h, no Sindipetro-RJ. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

conceituais para reestruturação da carreira docente. Este ano, ocorreu apenas uma reunião com a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas não houve nenhuma resposta à pauta de reivindicações dos docentes. Só no último dia 22, o MEC chamou uma reunião, preocupado com a greve iminente dos professores (leia matéria na página 5).

Reivindicações

A partir dos cinco eixos aprovados no 34º Congresso do Andes-SN, o movimento docente reivindica: defesa do ca-

ráter público da universidade; condições de trabalho; garantia da autonomia; reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados (o processo negocial deve ser retomado a partir do acordo assinado com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), em abril de 2014, sobre os pontos conceituais da carreira, estabelecendo relação com a pauta emergencial, que cobra a reversão dos cortes no orçamento e ampliação de investimento nas IFE). Os docentes também lutam contra a contratação via Organizações Sociais e a tercei-

rização no serviço público.

Vale lembrar que estas são reivindicações históricas da categoria docente na luta em defesa da qualidade da Educação Pública Federal e que a carreira dos professores federais sofreu profunda desestruturação após a alteração imposta pelo governo federal em 2012, com a lei nº 12.772 (posteriormente modificada pela lei nº 12.683).

O que acontece agora?

A deliberação do Setor das Ifes será levada para as assembleias locais, nas diversas seções sindi-

cais do Andes-SN das instituições federais de ensino, para confirmação da greve na base. Uma vez referendada pelos professores de cada instituição, haverá notificação às reitorias e as atividades serão suspensas por tempo indeterminado. Deverão ser instaladas assembleias locais permanentes e constituídos os comandos locais de greve (CLG). O funcionamento das atividades essenciais será negociado entre as instituições e os CLG, considerando suas especificidades.

Na quinta 28 será instalado o Comando Nacional de Greve na sede do Andes-SN. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



Setor das Ifes do dia 16, em Brasília

CAMPANHA SALARIAL

Por que entrar em greve?

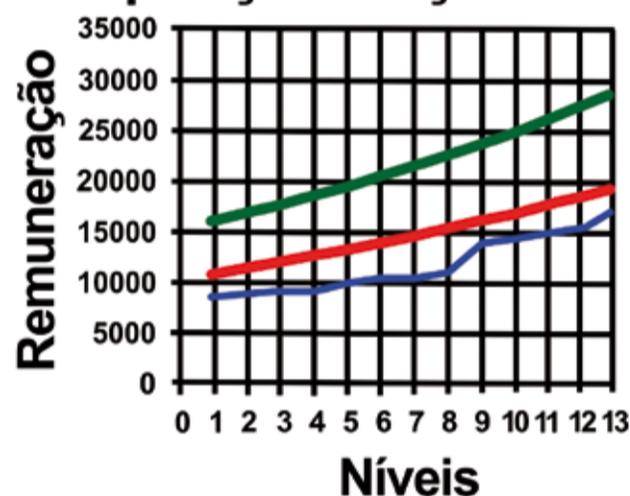
Não são poucos os motivos para o magistério federal entrar em greve: carreira absolutamente desestruturada pelas leis impostas pelo governo em 2012 e 2013; salários corroídos pela inflação e sem nenhuma perspectiva de reajuste; infraestrutura de trabalho/estudo inadequada diante da expansão desordenada das federais; legislação que fere a autonomia universitária; ameaça de fim dos concursos públicos (e, por consequência, do Regime Jurídico Único); e contingenciamento dos recursos da Educação; entre outros. Aqui, falamos brevemente dos principais.

CARREIRA DESTROÇADA

Ao final da greve de 2012, o governo ignorou as reivindicações do movimento docente e fechou acordo com seu braço sindical na categoria (o Proifes). O resultado (explicitado nas leis 12.772/12 e 12.683/13) é um monte de tabelas com valores que não guardam relação com a titulação ou regime de trabalho, sem nenhuma lógica remuneratória. Detalhe: após a greve, o governo iniciou uma tímida negociação com o Andes-SN (em abril do ano passado, a Secretaria de Ensino Superior – SESu – chegou a concordar com alguns princípios básicos para reestruturação da carreira), mas parou por aí. O diálogo foi suspenso por aproximadamente um ano, apesar das insistentes tentativas de retomada por parte do Sindicato Nacional. Até este dia 22 (veja matéria na página ao lado).

O que reivindicamos: estruturação em degraus constantes desde o início até o topo (Titular); percentuais definidos para a valorização de cada um das titulações; relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da Dedicção Exclusiva; reenquadramento dos docentes ativos, aposentados e instituidores de pensão em posição de equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira.

Comparação Março 2015



Doutor DE (governo)

Azul: a situação atual, resultado da sequência de desestruturações introduzidas.

Andes (Piso Governo)

Verde: a proposta de reestruturação do Andes-SN, gerada a partir do piso referenciado no salário mínimo do Dieese.

Andes (Piso Dieese)

Vermelho: a proposta de reestruturação do Andes-SN gerada considerando como piso o menor salário atual (remuneração do professor graduado auxiliar 1, em 20h).

REAJUSTE ZERO?

Muito ruim, a lei 12.772, de 2012, ao menos indicava reajustes salariais parcelados ao longo de três anos seguintes. O último ocorreu em março deste ano. E já foi totalmente corroído pela crescente inflação. Com o discurso de ajuste fiscal e de diminuir a relação da folha de pagamento do funcionalismo com o PIB, o governo está longe de conceder algo, se a categoria não se mobilizar.

O que reivindicamos: O movimento docente defende uma proposta de carreira única, cujo piso gerador da tabela (remuneração de um graduado em regime de 20 horas) seja o salário mínimo de referência do Dieese (atualmente, em R\$ 3.182,81).

PROFESSORES TERCEIRIZADOS

Em abril deste ano, o Supremo Tribunal Federal indicou a autorização das chamadas organizações sociais na Saúde e na Educação. Uma forma de gestão que já comprovou, na área da Saúde, seus efeitos nocivos: corrupção, piora no atendimento à sociedade etc. O STF estabeleceu, ainda, que a contratação de pessoal, via OS, não precisa obedecer “aos rigores do concurso público”. Ou seja, praticamente acabando com o Regime Jurídico Único.

O que reivindicamos: defesa do concurso público e do RJU; contra a contratação de professores via OS e terceirização; contra os cortes no orçamento e pela ampliação de investimento nas IFE.



CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE TRABALHO

Turmas cheias, número insuficiente de professores e técnicos-administrativos para atender à expansão prevista no Reuni; prédios antigos caindo aos pedaços e obras paradas (ou quase) de estruturas novas; universidades reféns da terceirização. Talvez o exemplo perfeito deste tópico, na UFRJ, seja o fenômeno da multiplicação dos contêineres, que servem para salas de aula ou administrativas e, futuramente, até como bandejões... E a preferência de muitos alunos e professores para dar/receber aulas nestes módulos, em vez das instalações antigas de alvenaria, é ainda mais triste. Mas se a instituição não tiver dinheiro para pagar o aluguel dos contêineres...

O que reivindicamos: Nenhuma disciplina sem professor; contratações imediatas para atender às demandas, preferencialmente em regime de Dedicção Exclusiva (inclusive para os Colégios de Aplicação, que não estão cobertos pelo mecanismo do banco de professores-equivalentes); atendimento urgente das necessidades de infraestrutura.

AUTONOMIA AVILTADA

Não é de hoje que as universidades enfrentam um cipoal normativo que agride a autonomia universitária. Por exemplo, a UFRJ acabou de realizar uma consulta eleitoral na comunidade para escolha de sua próxima reitoria. Mas precisou submeter este resultado a um reduzido Colégio Eleitoral que, por sua vez, ainda formou listas tríplexes para avaliação do governo federal.

O que defendemos: revogação da lei 9.192 e o parágrafo único do artigo 56 da LDB que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia (composição dos conselhos superiores e a escolha dos dirigentes); e manutenção dos saldos do exercício financeiro da instituição para livre execução no exercício seguinte.

Silvana Sá - 06/11/2014

CAMPANHA SALARIAL

MEC nega acordo de 2014

Secretário-executivo do ministério diz que responsável anterior da SESu não tinha autonomia para assinar este tipo de documento com o Andes-SN. Também informa que corte no orçamento da Educação será de R\$ 9 bilhões

Próxima reunião somente na segunda metade de junho

Em reunião no dia do fechamento desta edição (22/5), o MEC disse que o acordo firmado com o Andes-SN, em 23 de abril de 2014 (sobre os conceitos da carreira docente) não é válido. Também informou que o corte na educação deve ser de R\$ 9 bilhões, mas sem saber ainda o impacto sobre as universidades e institutos federais.

Marinalva Oliveira, 1º vice-presidente do Andes-SN, apresentou a pauta do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), dividida em cinco eixos: defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. A dirigente do Sindicato lembrou que o MEC havia assinado acordo, em 23 de abril de 2014 sobre conceitos iniciais de carreira, mas que, desde então, não houve qualquer reunião entre o ministério e o Sindicato Nacional.

“Nesse meio tempo, rea-

lizamos Congresso, Conads, e diversas reuniões do Setor das Ifes. Estamos há um ano e um mês esperando respostas do MEC”, afirmou a docente. “Queremos que o processo seja retomado a partir do acordo assinado em abril de 2014, e que esses conceitos acordados sejam agora transformados em critérios objetivos”, completou Marinalva, que ainda questionou os representantes do MEC sobre os cortes orçamentários anunciados naquela mesma data e sobre quais seriam os impactos nas universidades e institutos federais.

Luiz Cláudio Costa, secretário-executivo e ministro da educação em exercício (Renato Janine Ribeiro estava em viagem ao exterior), respondeu que nenhum secretário do MEC pode assinar acordo sem a aprovação do resto do ministério. Portanto, disse que não poderia começar a negociação a partir do documento firmado em abril de 2014: Paulo Speller, então secretário da SESu, não teria autonomia para assinar tal acordo. Quanto aos cortes, Costa afirmou que a educação deve ser afetada com uma redução de cerca de R\$ 9 bilhões, mas que o orçamento ficará aci-

Segundo o MEC, um novo governo acaba de assumir e, portanto, não deve se considerar a falta de negociação do governo anterior.

ma do mínimo constitucional. Ressaltou ainda que o governo pretende, mesmo com os cortes, consolidar a expansão de universidades e institutos federais.

“Novo governo”?

O ministro em exercício ainda considerou que o anúncio da deflagração da greve gerou um desconforto no MEC porque, segundo ele, um novo governo acaba de assumir e, portanto, não deve se considerar a falta de negociação do governo anterior. Por sua vez, a diretoria do Sindicato Nacional respondeu que a interpretação da categoria, expressa nas assembleias docentes, não era essa: há mais de um ano, a negociação foi rompida unilateralmente pelo governo, sem nenhuma justificativa.

A reunião continuou com a manifestação de Jesualdo Farias, secretário da SESu. Ele afirmou que, em relação a concursos, não há respostas. Sobre o restante da pauta do Andes-SN, disse ser necessário estudar a proposta para poder dar uma resposta por escrito em uma próxima reunião, possivelmente após a metade do mês de junho.

Farias afirmou que a SESu ainda não sabe quais serão os

reais impactos do corte orçamentário na pasta, e que, até a primeira semana de junho, deve ter uma resposta concreta. Segundo ele, é provável que ocorram cortes em verbas de custeio e capital.

Avaliação

Cláudia March, secretária-geral do Sindicato, avaliou a reunião: “Nossa avaliação é de que, apesar de termos aguardado um ano e um mês, nós tivemos poucos elementos concretos na reunião do que vão nos apresentar enquanto contraproposta. Houve apenas um comprometimento de estudo da pauta por parte do secretário da SESu, e uma agenda que só virá em junho, sem data prevista”, iniciou a docente.

A dirigente também criticou a quebra do acordo realizado em 2014: “Para nós, é muito preocupante, porque houve um debate sobre esses pontos, um comprometimento do ministério, e uma expectativa do conjunto da categoria docente, que viveu nesses três anos os impactos negativos da desestruturação da carreira e vê esse tema como central”, concluiu Cláudia March. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

■ UERJ

Mobilização arranca negociação com governo do estado

Fernando Frazão/Agência Brasil - 21/05/2015

Mas reitor surpreende ao fechar portas da universidade

Samantha Su
Estagiária e Redação

Abandonada pelo governo do estado, a comunidade da Uerj reagiu com um grande ato em defesa das condições adequadas de trabalho e estudo, no último dia 21. Aproximadamente duas mil pessoas realizaram uma passeata até o Palácio Guanabara, em Laranjeiras.

Na ocasião, o chefe de gabinete do governo, Afonso Monerat, e o sub-secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Vieira, aceitaram se reunir com a Associação de Docentes da Uerj e com o vice-reitor da universidade, Paulo Volpato. Foi aberta a possibilidade de uma mesa de negociação. As pautas pri-



Uma das reivindicações principais da manifestação da Uerj era o pagamento dos terceirizados mordiais dos docentes são: a recomposição salarial (desde 2001, não há reajustes) e garantia de recebimento do adicional de Dedicção Exclusiva pelos professores aposentados. A primeira reunião de diálogo seria em 2 de junho, mas a Asduerj preten-

de antecipar a audiência para esta semana.

Portas fechadas ao diálogo

Porém, no dia seguinte ao ato em defesa da Uerj, o reitor Ricardo Vieiralves cancelou o Conselho Universitário e suspendeu todas as atividades da instituição, sob a justificativa de evitar cenas de violência. O presidente da Asduerj, Bruno Deusará, criticou a atitude: “Foi até uma grande surpresa para nós a nota da reitoria decidindo fechar a Uerj, pois estávamos com o vice-reitor na reunião e nada nos foi passado. É uma posição lamentável que, no momento em que se abrem as negociações com o estado, o reitor autoritariamente decida fechar as portas da universidade”. O dirigente também observou que Vieiralves nunca recebeu a entidade, apesar de diversas solicitações.

A próxima assembleia da Asduerj acontece em 26 de maio, às 14h.

TERCEIRIZAÇÃO

Acordo garante direitos de funcionários da Qualitécnica

Samuel Tosta - 21/05/2015

Reunião com o MPT gerou documento que obriga empresa a cumprir suas obrigações em dia, sob pena de multa diária. Em caso de novos atrasos, UFRJ também poderá fazer pagamentos diretamente aos funcionários

Audiência ocorreu no dia 21

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Uma nova reunião foi realizada entre a empresa Qualitécnica, a reitoria da UFRJ e o Ministério Público do Trabalho, no dia 21. Desta vez, com o objetivo de assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O acordo prevê multa diária no valor de R\$ 1 mil por funcionário no caso de novos atrasos no pagamento dos salários. O valor, neste caso, será revertido para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para o caso de uma empresa não conceder salários e pagamentos de benefícios, como vale-transporte e refeição, haverá multa de 2% pelo atraso, que incidirá sobre o total da remuneração devida aos

funcionários e deverá ser paga a todo trabalhador afetado.

No acordo, a empresa se compromete a pagar os salários no prazo máximo de cinco dias úteis após o mês trabalhado. Já os vales-transporte e refeição deverão ser pagos integralmente até o último dia útil do mês trabalhado. A empresa também está obrigada a cumprir os prazos estabelecidos na CLT para pagar os devidos direitos aos funcionários demitidos. O TAC abre possibilidade para a UFRJ pagar os salários diretamente aos trabalhadores, caso haja atrasos por parte da empresa.

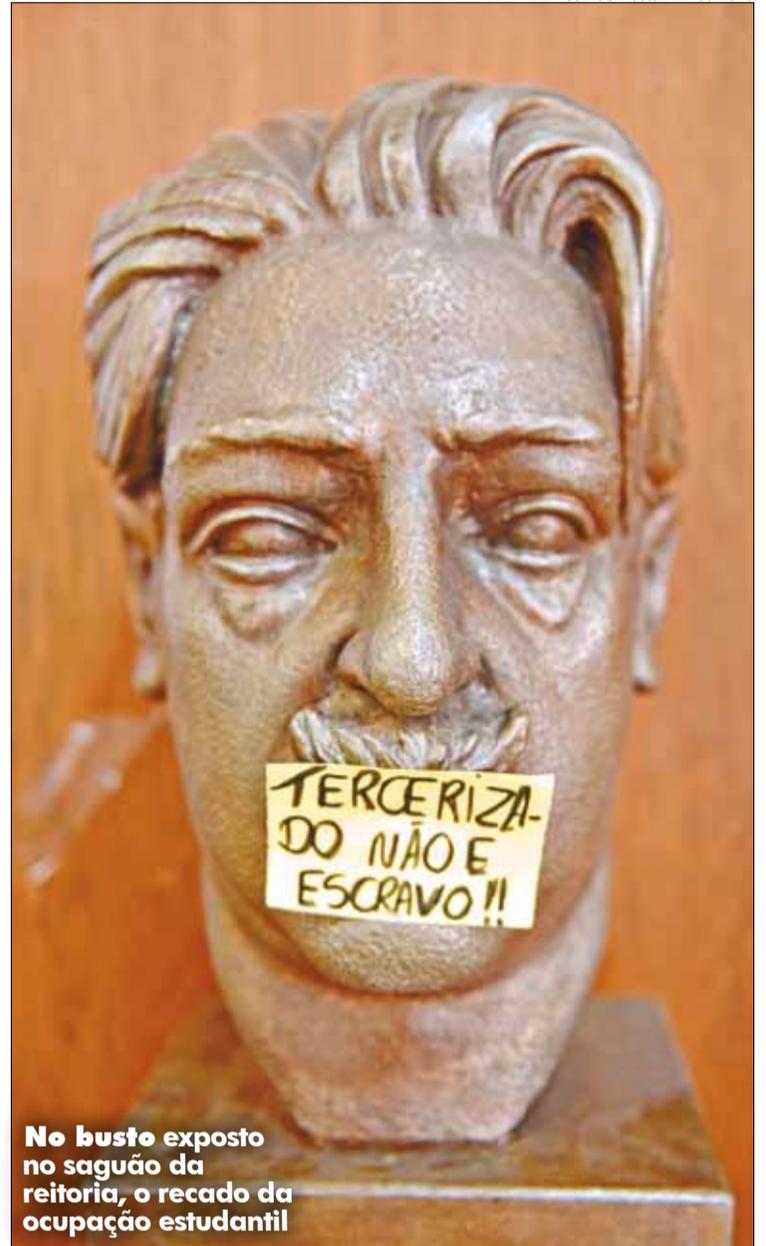
Luciana Boiteux, 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind e professora da Faculdade Nacional de Direito, que acompanhou a reunião, explica que o TAC poder ser utilizado também para que a Justiça acione e bloqueie os bens da empresa, em caso de descumprimento de suas obrigações. “A reunião foi muito positiva, por-

que o TAC obriga a empresa a respeitar todos os direitos trabalhistas e permite uma agilidade para acionar os bens da empresa, caso seja necessário”.

A dirigente reforça, no entanto, que este resultado, embora positivo, é pontual: “O que se fez foi uma redução de danos. Resolveu-se um problema pontual, mas a terceirização, por si só, pode gerar novos problemas dessa natureza. A questão central é a precarização das condições de trabalho e retiradas de direitos que este modelo permite e aprofunda”.

Descontos indevidos

Não foram apresentados, no momento da reunião, denúncias sobre os descontos indevidos que teriam sido lançados nos contracheques de alguns trabalhadores, mas a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufrij) realiza levantamento das demandas pontuais para se-



No busto exposto no saguão da reitoria, o recado da ocupação estudantil

rem levadas para o Ministério Público do Trabalho. A Associação orienta os funcionários terceirizados que tiveram descontos indevidos em seus contracheques para entregar cópias para Waldinéia Nascimento ou Terezinha Costa, diretoras da Attufrij.

No Consuni

Durante o Consuni Extraordinário do dia 21, os discentes também fizeram intervenções em defesa dos direitos de todos

os trabalhadores. A estudante Caroline Borges, do Coletivo Negro Carolina de Jesus, comparou as atuais condições de trabalho dos terceirizados com o período escravagista: “Se antes nosso povo tinha correntes nos pés, agora eles nos aprisionam com botas análogas à escravidão. As botas das trabalhadoras terceirizadas são tão pesadas que causam distensão nos nervos”. Eles cobraram a regularização imediata dos benefícios.

Alunos do DGEI e GPDES organizam atividade em solidariedade aos terceirizados

Os alunos dos cursos de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) e Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) organizaram dia 22, no pátio da Faculdade de Letras, uma aula aberta com o tema “Nosso futuro não será terceirizado: desafios para uma Pátria Educadora”. O objetivo foi mostrar que a mobilização pela política de assistência estudantil e

a solidariedade aos trabalhadores terceirizados da UFRJ continuarão intensas, mesmo com o fim da vitoriosa ocupação da reitoria, na véspera (21). Participaram da aula os professores Cláudio Ribeiro (presidente da Adufrj-SSind), Elídio Alexandre Borges Marques, do curso de Relações Internacionais, e Terezinha Costa (vice-presidente da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da universidade).



Elídio Borges, professor de Relações Internacionais, na aula na Letras

ECO não volta

Ainda durante o Consuni do dia 21, houve denúncias de que os terceirizados não receberam integralmente seus salários e, que mesmo assim, estão sendo assediados a voltarem aos seus postos de trabalho. O professor Marcos Dantas, da Escola de Comunicação e representante dos Titulares do CFCH no colegiado, leu nota da Congregação da Unidade informando que a ECO não retomará suas atividades, pois os funcionários da limpeza que atendem à Escola fazem parte de outra empresa e não receberam seus pagamentos.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

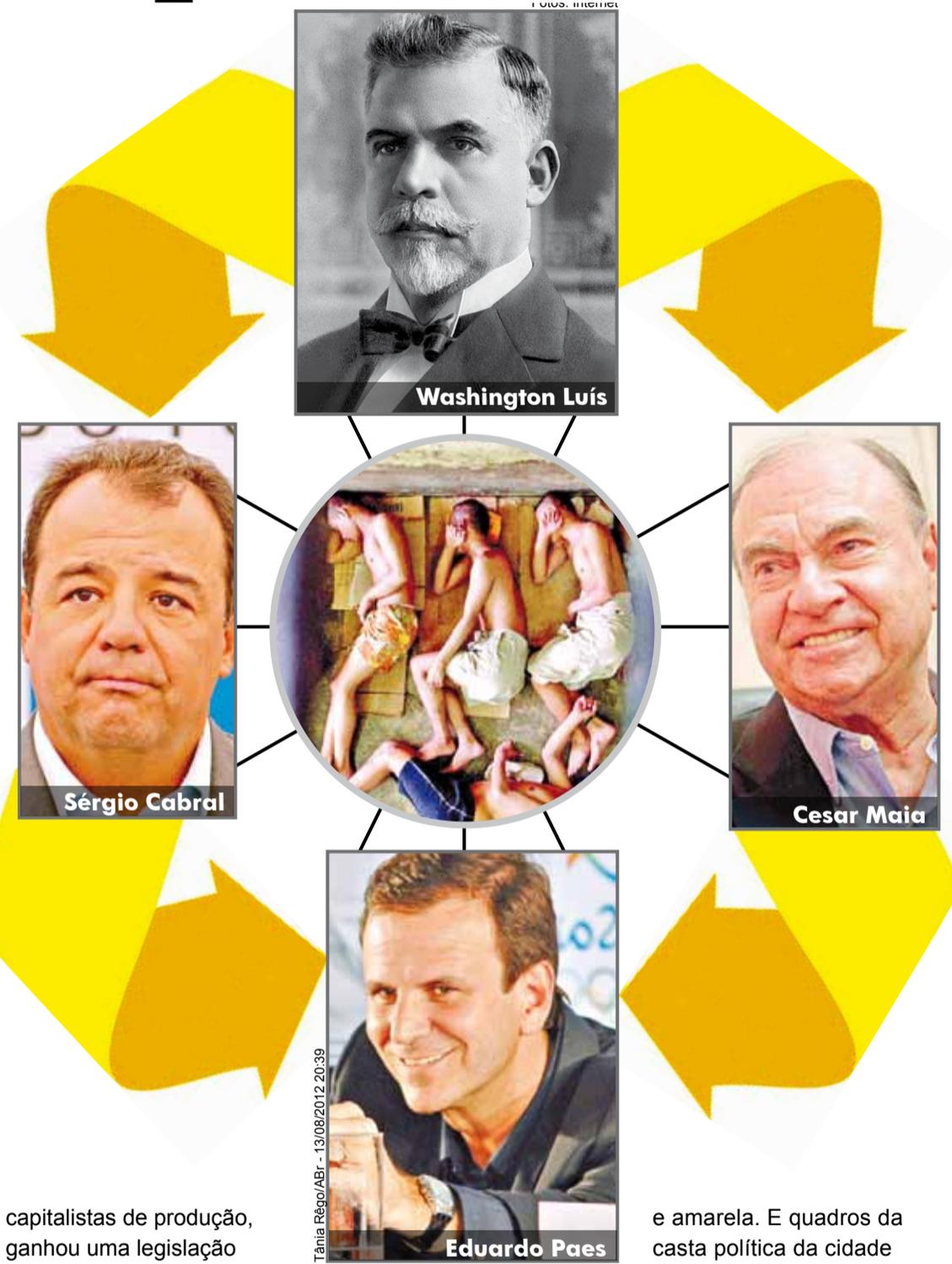
Rumo ao passado

O prefeito Eduardo Paes (PMDB) declarou ao jornal "Estado de S.Paulo" que menor "delinquente" é "problema de polícia", e não (problema) "social". Em 2007, Sérgio Cabral (PMDB), então governador, associou a fecundidade das mulheres da favela da Rocinha a "uma fábrica de produzir marginal". Cesar Maia (DEM), que durante 16 anos mandou na prefeitura do Rio (três mandatos como prefeito e um como eminência parda) ameaçou, em 1992, usar creolina para espantar mendigos das ruas da cidade.

Tutti buona gente cuja crônica da barbárie encontra em Washington Luís um ilustre ancestral. O último presidente da Velha República (1889-1930), apeado do poder por Getúlio Vargas na Revolução de 30, imortalizou-se com a frase: 'A questão social é um caso de polícia'.

Até a sua deposição, o Brasil no qual viveu Washington Luís era um país agrário, conduzido pela corrupta e autoritária burguesia cafeeira, de população majoritariamente pobre e analfabeta (62%, segundo o Inest-UFF). Nas eleições presidenciais de 1930, da população de 37 milhões, menos de 2 milhões tiveram direito ao voto – que não era secreto.

De lá até aqui, como se sabe, o Brasil consolidou suas relações



capitalistas de produção, ganhou uma legislação trabalhista, a maioria da população passou a viver em cidades, virou a sétima economia do mundo, tem 150 milhões de eleitores e... a pior distribuição

de renda do planeta. O Rio está entre os termômetros mais visíveis da tragédia social verde

e amarela. E quadros da casta política da cidade se incumbem de expor o ânimo segregacionista que atende à expectativa das influentes camadas médias das zonas mais favorecidas da cidade.

Quando assumiu a prefeitura em 1993, Cesar Maia, um político com origem no trabalhismo de Leonel Brizola, revelou sua face. Se reivindicou portavoza de uma "nova direita". Para afastar moradores de rua de áreas nobres, anunciou que iria recorrer a um desinfetante líquido com propriedades anissépticas, a creolina. Não fosse a reação de entidades de Direitos Humanos, a ameaça se cumpriria.

Acossado pelas queixas que exigiam endurecimento de sua política de segurança pública, Sérgio Cabral, filho de uma família do Encantado, bairro da Zona Norte da cidade, defendeu o recurso ao aborto para mulheres pobres: "Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal", disse.

Na quinta-feira, em declaração ao jornal paulista, o prefeito Eduardo Paes procurou surfar na tragédia da morte do cardiologista Jaime Gold, assassinado na Lagoa. Aproveita o fato para reforçar a tese da redução da maioria penal e atender à expectativa conservadora, aguçada pela comoção que o episódio provocou.

Puro oportunismo. O prefeito – dono do recorde de remoções de famílias pobres na cidade – tem pretensões presidenciais.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes

EM DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DA EDUCAÇÃO

Ocupação Estudantil na UFRJ

UERJ na Rua

CHEGOU A VEZ DOS PROFESSORES DA UFRJ!

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Ocupação conquista vitórias

Em sessão extraordinária realizada dia 21, Consuni aprovou integralmente a pauta apresentada pelos alunos

Principal conquista diz respeito à ocupação do alojamento

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O movimento estudantil conseguiu importantes vitórias durante o Consuni extraordinário convocado pela reitoria (a partir da pressão discente) para discutir política de assistência. A sessão aconteceu no dia 21. O principal avanço foi a aprovação de uma minuta de resolução do colegiado que dispõe sobre as diretrizes de ocupação do alojamento. Ela passa a garantir a permanência de todos os atuais moradores (oficiais e não oficiais com perfil socioeconômico compatível com o benefício).

Ao término da reforma do antigo bloco feminino (a previsão é 15 de outubro), todos serão transferidos para lá (e terão início as obras do bloco masculino). O grupo será incluído no quadro de moradores oficiais, “usufruindo dos benefícios de auxílio-manutenção e auxílio-transporte”. O DCE comemorou a conquista: “Esta, sem dúvida, era a mais urgente de nossas reivindicações. Conseguimos grandes vitórias graças à mobilização dos estudantes”, disse Luiza Foltran, que é representante discente no Consuni.

Nesta segunda e na terça-feira, dias 25 e 26, das 10h às 16h, a comissão de assistência estudantil do Consuni realizará um levantamento no alojamento para identificar quantos estudantes são moradores para que seja possível o cadastramento e inserção (dos não oficiais) nas políticas de assistência oferecidas pela universidade.

Os editais de bolsas-auxílio e moradia sofreram alterações propostas pelos estudantes. A data de divulgação do resultado do edital do primeiro semestre passou para 28 de junho (antes, saíria apenas em agosto) com o objetivo de garantir o pagamento dos benefícios já em julho.

Estrutura

Na lista de reivindicações acerca da estrutura do alojamento apresentadas e aprovadas no Consuni, e fruto de debates realizados em diversas reuniões da comissão de assistência estudantil, estão: instalação de interfone em todos os quartos; abertura das salas de estudo, de



Fotos: Samuel Tosta - 21/05/2015

Mar de gente. Estudantes tomaram conta da sala de reuniões do Consuni (abaixo), enquanto outro numeroso grupo acompanhava os desdobramentos da sessão do colegiado por um monitor no salão contíguo (acima): no fim, a pressão deu resultado

informática e biblioteca; compra de materiais de limpeza; compra de alimentação para as refeições do alojamento; compra de utensílios de cozinha; colocação de duas caçambas de lixo; desratização; e conclusão das obras no prazo estabelecido de 15 de outubro.

Restaurantes Universitários

Com relação aos bandejões da Praia Vermelha e Macaé, o Consuni aprovou que haja rapidez nos pregões para que a universidade dê início à construção dos restaurantes (que serão estruturados em contêineres). Houve, ainda, o compromisso firmado de constituir uma comissão para viabilizar alternativa que garanta a alimentação dos estudantes das unidades do Centro e do polo Xerém.

Direitos sociais

No campo das conquistas sociais, estão: aprovação da utilização ampliada do nome social; a realização de um estudo que aponte um índice de evasão universitária com relação qualitativa e quantitativa com os estudantes cotistas na UFRJ; criação de uma comissão para acompanhar este estudo que seja paritária e constituída, em sua maioria, por negros; garantia de transporte com disponibilidade de horários noturnos (da meia-noite às 5h) que atendam à Vila Residencial; criação de comissão que estude as demandas dos estudantes residentes na Vila Residencial, com garantia que sua composição seja majoritariamente feminina.



Milícia na Vila

O reitor Carlos Levi se comprometeu a apurar grave denúncia feita por uma estudante moradora de república na Vila Residencial. Ela alegou estar sendo ameaçada por milícia existente no local. Segundo seu depoimento, 43 alunos que vivem na Vila participaram de uma reunião recentemente para debater os problemas que enfrentam no cotidiano. Dentre essas, 20 afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência dos donos de república. Dessas, 18 eram negras. Dentre elas, 15 afirmaram que chegaram a apanhar. “Uma delas sou eu e agora estou sendo ameaçada pela milícia”.

Ocupação acaba

Sem dúvidas, o que garantiu o atendimento integral às reivindicações estudantis foi a ocupação que o movimento discente realizou de 14 a 21 de maio. A decisão de deixar o prédio aconteceu após assembleia do segmento, no dia 21, depois do Consuni Extraordinário. “Entendemos que a ocupação foi vitoriosa, mas agora precisamos mobilizar toda a universidade, organizar os Centros Acadêmicos, fazer reuniões de curso. Chegamos ao consenso que desocupar era importante para mobilizar mais estudantes”, explicou Lucas Moraes, estudante do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GP-DES) e diretor do DCE Mário Prata.

Nota de pesar

O Consuni aprovou nota de pesar em referência à morte do médico Jaime Gold, esfaqueado na Lagoa Rodrigo de Freitas, no dia 19. Ele era cardiologista do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e atendia no ambulatório do HU. A ouvidora Cristina Riche destacou a atuação profissional e social do médico. Na nota, foi aprovada também a inserção dos nomes dos moradores Wanderson Martins (23) e Gilson Costa (12), do Morro do Dendê, assassinados no mesmo dia durante operação da Polícia Civil.

Garis, presentes!

Os garis do Rio de Janeiro compareceram ao Consuni Extraordinário para apoiar a ocupação estudantil. Eles estenderam uma faixa e distribuíram panfletos com fitas laranjas para serem afixadas em carros, janelas e portas, como gesto de solidariedade com os trabalhadores da categoria demitidos pela Prefeitura do Rio.